

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.931 - SP (2019/0006928-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **M E P L S (MENOR)**
ADVOGADOS : **LUCIANO NITATORI - SP172926**
: **RAFAELA VIOL MORITA - SP283439**
AGRAVANTE : **M C P L S**
AGRAVADO : **SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
PROCURADOR : **ANA KARINA SILVEIRA D'ELBOUX - SP186516**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **M E P L S (Menor)** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 332):

APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA - RESTABELECIMENTO DE PENSÃO POR MORTE - NETA DE SEGURADA - Pretensão inicial voltada ao reconhecimento do suposto direito líquido e certo da autora, neta de ex-servidora estadual, ao restabelecimento do pagamento de pensão por morte que lhe era devido e que foi interrompido pela SPPREV após a instauração de processo administrativo - inadmissibilidade - pensão por morte concedida em 2005 a neta de segurado, com fundamento no art. 153, da Lei Complementar Estadual nº 180/78, cuja eficácia estava suspensa desde a edição da Lei Federal nº 9.717/98 - os critérios adotados pelo Regime Próprio da Previdência Social não podem ser distintos daqueles previstos no Regime Geral da Previdência Social - após a edição da Lei Federal nº 9.528/1997, que alterou o §2º, do art. 16, da Lei Federal nº 8.213/1991, não é mais possível a concessão da pensão por morte a neta de segurado - precedentes - validade do procedimento administrativo que desconstituiu o ato concessivo da pensão por morte - autotutela administrativa - sentença de improcedência do feito mantida, por seus próprios e bem lançados fundamentos. Recurso da autora desprovido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 147 § 2º e 153 da Lei Estadual nº 180/78, Lei nº 9.784/99 e à Súmula 340/STJ. Sustenta que *a Lei Estadual 180/78 não foi alterada pela Lei 9.717/98, sofrendo alterações somente com o advento da Lei 1.012/2007, sendo*

certo que os artigos 152 e 153 da Lei 180/78 não foram revogados, portanto, legítima a pensão por morte em favor de neto de ex-servidor, por ato de vontade do servidor falecido (fl. 364). Afirma que o pensionista foi instituído por livre manifestação de vontade de sua falecida avó como seu beneficiário, de acordo com a lei permissiva, não alterada pela lei superveniente, ou muito menos pela Lei n.º 9.717/98, devendo ser aplicada a lei vigente na data do óbito do segurado, nos termos da Súmula n.º 340 do STJ (fl. 373). Requer seja reconhecida a decadência do direito da Autarquia Ré rever o ato de deferimento da pensão praticado há mais de 05 anos (fls. 376/377).

Parecer Ministerial às fls. 505/508, pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

O inconformismo não prospera.

De início, no que se refere à alegada infringência à Súmula 340/STJ, este Superior Tribunal firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, restando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF. Nesse sentido, sobressaem os seguintes precedentes: **REsp 1.347.557/DF**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/11/2012; **AgRg no Ag 1.307.212/MS**, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 7/12/2012.

Lado outro, verifica-se que, embora a parte recorrente tenha indicado violação à Lei nº 9.784/99, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Acerca do tema, os seguintes julgados ganham relevo: **AgRg no Ag 1.325.843/PR**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 21/11/2011; **REsp 865.843/RS**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 7/11/2006.

Por fim, importa mencionar que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação

local, quais sejam, Leis Estaduais n.ºs 10.177/98 e 180/78, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator